



MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA E NOVOS

MOVIMENTOS SOCIAIS: um paralelo de seus projetos societários

Raíssa Cristina Arantes¹
Ednéia Alves de Oliveira²

RESUMO:

O presente artigo tem como objetivo traçar um paralelo entre os projetos societários do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e dos movimentos sociais (NMS), entendidos aqui como os movimentos sociais urbanos, sobretudo os movimentos negro, LGBT, ambiental, feminista, dentre outros. Parte-se do pressuposto que os movimentos sociais em tela, disputam projetos societários diferenciados na ordem burguesa, o que suscita uma apreensão da luta de classes e da própria transformação social sob diferentes perspectivas ideológicas, podendo favorecer a hegemonia burguesa ou apresentar-se como uma proposta contra hegemônica ao projeto conservador burguês.

Palavras Chave: Movimentos sociais, luta de classes, projetos societários

ABSTRACT:

This article aims to draw a parallel between central projects of corporate Rural Workers Movement (MST) and social movements (NMS), defined here as the urban social movements, especially the movements black, LGBT, environmental, feminist, among others. This is on the assumption that social movements on screen, vying differentiated corporate projects in the bourgeois order, which raises an apprehension of class struggle and social transformation under very different ideological perspectives, which may favor the bourgeois hegemony or present himself as a proposed project against the hegemonic conservative bourgeois.

Keywords: Social movements, class struggle, corporate projects.

¹ Estudante de Graduação. Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). E-mail: raissa.c.arantes@gmail.com

² Doutora. Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Email: oliveiraedneia@ig.com.br



I – INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo traçar um paralelo entre os projetos societários do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e dos novos movimentos sociais. Parte-se do pressuposto que estes movimentos disputam projetos societários diferenciados na ordem burguesa, sob diferentes perspectivas, podendo favorecer ou ser contrário à hegemonia burguesa.

Para a análise, faz-se necessário uma pesquisa bibliográfica sobre a historicidade destes movimentos até os dias atuais, associando-os ao contexto socioeconômico, para compreender as interferências das mudanças em curso e os impactos sobre o Estado, sociedade civil e as classes sociais. Parte-se do pressuposto que estas mudanças promoveram uma alteração na relação Estado e sociedade civil em especial no cotidiano do trabalhador e, claro, dos movimentos sociais. Acreditamos que estas alterações rebatem na organização dos chamados “novos movimentos sociais”.

II – DESENVOLVIMENTO

II.I- Trabalho, classes sociais e Estado.

O homem ao longo da história, busca na natureza elementos para suprir suas necessidades básicas, modificando-a e para tal utiliza-se o trabalho, trabalho este que é fundante nas relações sociais. Porém, com o desenvolvimento do capitalismo, este trabalho sofre alterações, no âmbito da produção, e da força em si. O trabalho, que até então objetivava a produção para o seu próprio consumo, se altera e passa para a produção de mais-valia e excedente. Segundo Marx (1985), na ordem capitalista, o trabalho tem na mercadoria seu eixo central; sendo esta a célula central das relações. Para tal o capitalista atribui um valor à mercadoria, que posteriormente resulta em uma troca; o que pressupõe o trabalho gasto na mesma, um trabalho abstrato.

Como trabalho abstrato, a força de trabalho aparece como mercadoria, porém separada das outras mercadorias, uma vez que ela não é propriedade do capitalista. Ou seja, o trabalho é abstraído da sua capacidade teleológica e torna-se trabalho igual, meramente quantitativo, gerador de mais-valia e, portanto da riqueza material do capitalista (Oliveira, 2010). Essa mercadoria, ainda segundo Marx (1985), também passa pelo



processo do dinheiro; se inicialmente o que se apresentava era o M-D-M, para a obtenção da acumulação capitalista, faz-se necessário, que essa fórmula transite para D-M-D', e para tal, tem-se que extrair a mais-valia. Desta forma, a lei geral da acumulação capitalista consiste na conversão da mais-valia em capital.

Com o desenvolvimento das forças produtivas, que pressupõe o domínio humano sobre a natureza, permite que o ser social adquira consciência de si como sujeito histórico. Porém, esta mesma relação também produz mecanismos de sua negação, oriunda da contradição entre o maior desenvolvimento do ser social e o maior grau de alienação. No capitalismo o trabalhador fica pobre em função da riqueza que produz e se torna uma mercadoria como outra qualquer. Portanto, para Marx (1985), a produção da vida material é também a (re) produção da vida espiritual nas suas mais variadas expressões, demandando a (re) produção de uma determinada forma de pensar e agir que possa legitimar a dominação de uns sobre outros. Ou seja, o modo de produção capitalista necessita de um aparato ideológico para sustentar sua dominação, o que coloca a figura do Estado como sendo um dos instrumentos para garantir esta dominação tanto no que se refere à (re) produção material quanto ideológica. Marx em todos seus estudos sobre o Estado e a Sociedade Civil, parte do pressuposto que o Estado é uma consequência, produto da construção de uma dada sociedade para se organizar como tal; ou seja, é o produto da sociedade civil, expressa nas suas contradições. Definindo então a sociedade civil, enquanto sociedade burguesa, como a esfera da reprodução da vida material, assim, relacionando sociedade civil e estrutura econômica como a mesma coisa. Então, podemos compreender que para Marx, é na sociedade civil que se fundamenta a natureza estatal. Para tal, o Estado enquanto comitê executivo da burguesia atende apenas aos interesses aos interesses do grande capital.

Para a compreensão das relações do Estado, Marx analisa um Estado liberal restrito e que não representa o interesse de todos, porém, é através da análise desses interesses, que Marx percebe que estes passam para além do interesse individual e chega ao "interesse de classe", ou seja, ele vê que o verdadeiro sujeito da história não é o indivíduo, e sim as classes sociais. Neste período o Estado era considerado pelo autor como um Estado coerção, sempre repressivo e violento. Posteriormente, Gramsci (2010) tratará da realidade do capitalismo monopolista. Neste período, de acordo com o autor italiano, o Estado passa a assumir uma série de funções, o que, segundo Coutinho (1995), contraria a concepção de um Estado restrito, pois a tendência a uma maior democratização da política



e da economia faz surgir o que Gramsci irá considerar como um estágio mais democrático em que o Estado conjuga coerção e consenso.

Portanto, de acordo com Coutinho (1995) Gramsci compreenderá a sociedade civil e sua relação com o Estado, entendendo que a conquista da redução da jornada de trabalho como a possibilidade de que mesmo no espaço de um Estado que representa os interesses da classe burguesa, há também lugar para a representação, por menor que seja, das classes subalternas. Para tal, o autor observa que o Estado passa a agir como um Estado Ampliado, ou seja, ele é obrigado a ceder algumas reivindicações a partir da pressão da classe trabalhadora, que se dá através de partidos políticos, sindicatos e movimentos sociais. Para tal, Gramsci aborda a sociedade civil como sendo a composição de uma rede de organizações (associações, sindicatos, movimentos sociais, partidos políticos etc) o que se constitui como uma das esferas sociais em que as classes sociais organizam e defendem seus interesses, em que se confrontam projetos societários, na qual as classes e suas facções lutam para conservar ou conquistar hegemonia.

Compreendendo então, o Estado Ampliado e suas relações, podemos notar a aparecimento das classes sociais nos conflitos mediados pelo Estado, enquanto conjunto da sociedade civil. Para tal, podemos notar que durante toda a análise da sociedade capitalista e das relações sociais nela existentes, do Estado e da sociedade civil, nos referimos sempre á duas classes sociais antagônicas, os capitalistas e os proletariados. Neste sentido, Marx (2008, p.8) em sua célebre obra O Manifesto do Partido Comunista, conclui que *a história de todas as sociedades até agora tem sido a história da luta de classes*; sempre em uma luta ininterrupta, que termina em transformação revolucionária da sociedade. Segundo sua concepção, do declínio do feudalismo e da defesa da liberdade econômica, surge uma burguesia até então revolucionária. Como demonstrou o contexto histórico, dos bens produzidos para a subsistência, passa-se a produção de excedente, e a sociedade se divide entre burgueses e proletariados.

Muitos autores consideram que Marx não definiu o que são as classes sociais, contudo, podemos considerar que a relação de classe está intrinsecamente relacionada com o lugar que cada indivíduo ocupa no processo produtivo, ou ainda com o lugar que ocupam nas relações de produção, o que nos remete a afirmação de Marx quando divide as classes em três grandes classes, os proprietários da força de trabalho, os proprietários dos meios de produção e os proprietários da renda fundiária. Porém, nesta definição quando se diz proprietários da mera força de trabalho podemos aglutinar todos os trabalhadores que



vendem a sua força de trabalho não importando se esta é produtora de mais-valia e de capital. Segundo Oliveira (2010) todo e qualquer trabalhador que não possui os meios de subsistência para além das relações de compra e venda da sua força de trabalho pode e deve ser considerado como parte integrante da classe trabalhadora. Desta forma não seria excluído desta relação os trabalhadores expulsos do mercado de trabalho ou aqueles que sequer foram incluídos no mercado de trabalho. A ausência de uma definição do papel que estes trabalhadores desempenham na ordem burguesa tem deixado à margem um grande número de trabalhadores que não encontra espaço de organização e representação nas associações de classe.

De acordo com Lessa (2007), somente o proletariado, produz mais-valia e valoriza o capital, pois opera o intercâmbio orgânico com a natureza. Isto significa que somente o proletariado produz ao mesmo tempo a riqueza do capitalista através da venda da sua força de trabalho e a dotação à sociedade ao final do seu trabalho de um novo quantum, expresso no meio de produção ou de subsistência que produziu. Esta relação permite a ampliação do capital social global através do acréscimo da nova riqueza materializada em um objeto transformado a partir da natureza e que continua a existir após o término do seu trabalho (2007, p.166). Ou seja, nesta relação social o trabalhador gerou uma mercadoria, portadora de uma nova quantidade de riqueza antes inexistente.

Esta relação faz com que o proletariado seja o agente revolucionário por excelência, pois somente ele pode ser capaz de superar a ordem burguesa com seu projeto revolucionário. A burguesia, por sua vez, tornou-se uma classe conservadora, cujo projeto societário é o de defesa da manutenção da ordem vigente e da negação da desigualdade social como elemento estrutural da apropriação do trabalho. Não é por acaso que no decorrer do desenvolvimento do capitalismo, a burguesia foi construindo formas de responder as crises econômicas, deslocando o conflito para outras áreas sem contudo alterar as relações de produção. Neste sentido podemos apontar as políticas sociais implementadas e o pacto fordista/keynesiano como uma das estratégias de manutenção da ordem, sem que para isto seu projeto fosse modificado, mas apenas um reformismo conservador que serviu como instrumento de cooptação e de domesticação da classe trabalhadora e de seu projeto emancipatório. De acordo com Bihr (2010) o Estado de bem-estar Social serviu apenas como uma forma de renúncia histórica da classe trabalhadora ao seu projeto revolucionário, o que de acordo com Lessa (2007) permitiu, posteriormente a



entrada do neoliberalismo com maior liberdade, haja vista o deslocamento das lutas em prol de um projeto revolucionário para um projeto meramente reformista.

II – Organização da classe trabalhadora, O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e os novos movimentos sociais no Brasil.

A classe trabalhadora, como meio de lutar contra a exploração do trabalho e a opressão, em prol de seus direitos sociais; tende a se unir e se organizar para tal. Essa união se dá efetivamente através dos sindicatos, partidos políticos e movimentos sociais. A união da classe trabalhadora em forma de movimentos apareceu pela primeira vez no início da industrialização e fim da manufatura, onde os trabalhadores passam a ser chamados de operários. Neste período os direitos sociais eram inexistentes, pois contrariavam uma sociedade em que os indivíduos eram iguais e a intervenção direta do Estado na desigualdade social configurava-se como um favorecimento de uns em detrimento de outros. Portanto, as jornadas de trabalho eram muito prolongadas, chegando a atingir, aproximadamente 18 horas, incluindo homens, mulheres e crianças, e com um salário completamente insuficiente para a sobrevivência física do trabalhador.

Diante das péssimas condições de vida e de trabalho, os trabalhadores passam a reivindicar leis e melhores condições de trabalho, com greves e manifestações constantes. Data de 1842 na Inglaterra a primeira greve geral, reivindicando a redução da jornada de trabalho, espalhando-se posteriormente para outros países recém-industrializados. No Brasil, esta luta pela redução da jornada de trabalho se deu mais tardiamente.

Estas relações permearam toda a formação da operária brasileira e podem ser comprovadas na resistência do Estado em assegurar os direitos aos trabalhadores seja pela via da política social, seja pela via do consumo, o que resultou numa fragmentação da luta de classes agravada pelos longos períodos de ditadura civil e militar. A permanência da dicotomia campo/cidade só fez agravar esta situação, redundando numa exclusão social, marca histórica da nossa formação social. Portanto, no Brasil, a ausência de um projeto reformista conforme ocorreu nos países de capitalismo avançado, reforçou a dualidade campo/cidade, mas não impediu que as lutas se manifestassem no cenário político colocando em constante confronto as disputas por projetos societários. Um exemplo foram as lutas no campo, com vários movimentos como a Guerra de Canudos, o Contestado, mas sem dúvidas, o de maior relevância é o chamado Movimento dos Trabalhadores Rurais



Sem-Terra, seguindo a mesma linha das Ligas Camponesas e impulsionadas principalmente pela ação Pastoral da Terra. O MST surge em meados dos anos 70, a partir de várias lutas no campo. Neste período o país vive uma intensa agitação política com o esgotamento do milagre econômico e a crise econômica deixada pelos militares, em prol da luta pela redemocratização do país. O agravamento da pobreza e da miséria assim como a falta de serviços coletivos e o arrocho salarial promovido pelos militares recrudescer as lutas políticas e reacendeu o debate pela construção de um projeto alternativo para o Brasil.

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) surge neste contexto, amparado pela emergência do PT e da CUT e com uma estratégia de ocupação de terras como forma de pressionar o Estado à realizar a reforma agrária. A abolição da propriedade privada aqui é entendida como uma forma de superação da ordem burguesa o que inclui um projeto de classe, vinculada aos ideais da classe trabalhadora e de seu projeto revolucionário (Fernandes, 1997). Porém, esta luta corre na contramão do projeto defendido pelo neoliberalismo, pelo sistema capitalista. Assim, suas manifestações e ocupações sempre são e foram marcadas por fortes repressões, principalmente por parte do Estado, numa clara criminalização e banalização das lutas sociais, agindo de forma violenta como forma de conter a luta pela reforma agrária.

Mesmo diante da repressão, O MST vem se tornando ao longo de sua história, um movimento de referência, adotando seu caráter popular, político e de luta. Para tal, a organização estrutural do movimento em várias regiões se dá através de direções, que mandam seus representantes para compor a Direção Estadual, além da existência de coordenações setoriais, regionais e estaduais. Há também o Encontro Nacional que ocorre a cada dois anos e o Congresso Nacional realizado de cinco em cinco anos.

Como se pode perceber, a luta do MST é uma luta para além da propriedade pela terra, é uma luta de emancipação humana, uma luta política, de superação da ordem vigente, portanto uma luta com caráter classista. Neste mesmo período surgem também os movimentos sociais urbanos em prol da luta por serviços coletivos e identitários. Ou seja, as lutas operárias não conseguiram se articular com as demandas das lutas dos novos movimentos sociais emergentes. É neste período que eclodiu os chamados *Novos Movimentos Sociais*, como um movimento de protesto contra a guerra dos Estados Unidos no Vietnã, o Maio parisiense em 1968, os movimentos ecológicos, urbanos, antinucleares, dos homossexuais, feministas, dos negros, pelos direitos civis, entre outros.



As condições históricas para a emergência dos Novos Movimentos Sociais no Brasil se dá pela diversidade política, econômica e cultural na América Latina, e em especial à modernização conservadora no Brasil. Os movimentos sociais eclodiram em um momento de profundas transformações na economia com o fim do milagre econômico, de introdução do neoliberalismo e de exclusão das classes subalternas no cenário político; em especial, marcado pelo momento da ditadura no país. Momento de intensa repressão, do não reconhecimento dos direitos sociais, de intenso preconceito; marcados pela tortura, pela perseguição e sobre a perspectiva da seguridade nacional.

Para tal, a emergência dos chamados novos movimentos sociais, vem dar conta exatamente das particularidades das diversas expressões da questão social, como um complemento do então chamado movimento social clássico, e lutar por direitos sociais, bens de consumo, igualdade e liberdade. Como podemos notar nas bandeiras adotadas por cada movimento, como por exemplo, na luta do Movimento Negro contra o racismo, na luta do Movimento Gay contra a homofobia dentre outras bandeiras, da luta das Mulheres por igualdade, respeito; assim como demais movimentos surgidos então.

Porém, o que se pode notar, é que estes movimentos lutam por particularidades, não tendo a perspectiva de que estes problemas são todos gerados pela ordem do capital em que a desigualdade é fundante, onde é cada vez mais necessário a acumulação em um pólo e pauperização do outro. Desta forma, muitos não têm uma ideologia e uma análise macrosocietária, lutando assim por uma emancipação política e não humana, de superação da ordem vigente. São poucos os setores dentro dos movimentos e poucos os movimentos que tem como luta essa superação. Estas características de alguns movimentos podem ser notadas em suas bandeiras de luta, como a campanha do Movimento Gay: “Um país rico, é um país sem homofobia”; nas pesquisas nos sites criados pelos movimentos, nos encontros, congressos, bem como na atuação.

III- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o projeto societário defendido pelo MST articula-se com a ideologia e luta pela superação da ordem burguesa, entendendo que a realização da Reforma Agrária não é compatível com o sistema de acumulação capitalista, de concentração de riqueza nas mãos de poucos e pauperização da massa trabalhadora. Esse questionamento se faz aparente nas escolas por eles associadas, na formação de seus



militantes, nas lutas diárias contra o governo e a sociedade capitalista; e pela continuidade de sua luta.

Já os chamados Novos Movimentos Sociais vem em defesa de direitos sociais, de liberdade de expressão e de orientação sexual, por bens de consumo, dentre outros; porém, o que se percebe é que a maioria destes movimentos não faz uma análise macrosocietária da realidade social, fragmentando suas lutas. São raros os movimentos que entendem que em uma sociedade capitalista a desigualdade, seja ela qual for, favorece a ordem vigente. Desta forma, a luta torna-se microsocietária e não questionadora da ordem burguesa.

Entende-se a necessidade e importância dos chamados novos movimentos sociais, porém há a necessidade de que os mesmos tenham uma visão da totalidade da sociedade em que vivem, e que essas lutas sejam articuladas com todas as outras, tanto as lutas urbanas (clássicas ou novos movimentos) quanto com as lutas no campo.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

COUTINHO, Carlos Nelson. *Representação de interesses, formulação de políticas e hegemonia*. In: TEIXEIRA, S.F. (org). em busca de uma teoria. Rio de Janeiro: Abrasco, 1995, p.47-60.

Lessa, Sergio. *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*. São Paulo Cortez, 2007.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política* / Karl Marx ; apresentação de Jacob Gorender ; coordenação e revisão de Paul Singer ; tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. – 2. Ed. – São Paulo: Nova Cultural, 1985. (os economistas).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

MONTAÑO, Carlos. *Estado, classe e movimento social* / Carlos Montaña, Maria Lúcia Duriguetto. – 1. Ed. – São Paulo : Cortez, 2010. – (Biblioteca Básica de serviço social; v.5).

OLIVEIRA, Ednéia Alves. *A política pública de emprego: entre a precarização protegida e a precarização desprotegida. Um estudo comparativo entre Brasil e Itália*. Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2010. Tese de Doutorado em Serviço Social. 361 p.